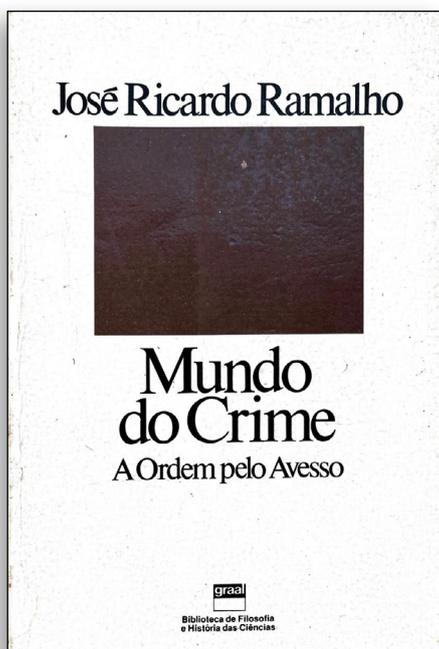


Mundo do Crime: revisitando anotações de trabalho de campo 50 anos depois

José Ricardo Ramalho¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Inaugurada com este artigo do sociólogo José Ricardo Ramalho, autor do consagrado “Mundo do Crime - a ordem pelo avesso” (1ª. Edição: Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979), esta nova seção de artigos e materiais de pesquisa da **Dilemas** objetiva oferecer um espaço para pesquisadores e autores reconhecidos tratarem das questões metodológicas e desafios do trabalho de campo enfrentados na redação de um de seus principais trabalhos publicados.

Recentemente, ao revirar caixas de documentos em minha sala no IFCS-UFRJ, descobri várias anotações do trabalho de campo realizado nos anos de 1975 e 1976, durante pesquisa sobre os presos da Casa de Detenção de São Paulo. Essas notas, que julgava perdidas, foram essenciais para a redação do meu livro *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso* (1979, 1983). Nesse registro etnográfico das impressões sobre as visitas ao presídio e das entrevistas realizadas com os detentos, procurei descrever e refletir sobre os desafios enfrentados durante a investigação. Parte dessas observações foi relatada no livro. Agora, neste texto, reapresento alguns desses registros, meio século depois. Acredito que essa recuperação pode de alguma forma dialogar com o vasto conjunto de pesquisas e escritos sobre o tema elaborados ao longo dessas décadas, ao mesmo tempo em que revela um pouco do cotidiano do principal e maior centro de detenção do país, marcado pelo terrível massacre de presos pela polícia militar, ocorrido em 1992 e pelo fato de não mais existir, tendo sido implodido em 2002.

Palavras-chave: Crime, presídio, Casa de Detenção de São Paulo, trabalho de campo, vida prisional

The World of Crime – Revisiting Fieldwork Notes 50 Years Later

While recently rummaging through boxes of documents in my office at IFCS-UFRJ, I discovered several notes from fieldwork carried out in 1975 and 1976 during research on the inmates of a São Paulo house of detention. These notes, which I thought were lost, were essential for the writing of my book *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso* (1979, 1983). In this ethnographic record of the impressions about the visits to the prison and the interviews conducted with the inmates, I tried to describe and reflect on the challenges faced during the investigation. Some of these observations were reported in the book. This text redescribes some of these records half a century later. I believe that this recovery can somehow dialogue with the vast body of research and writings on the subject elaborated over these decades, showing a little of the daily life of the main and largest detention center in the country, marked by the terrible massacre of prisoners by the military police, which occurred in 1992 and by the fact that it no longer exists as it was imploded in 2002.

Keywords: Crime, prison, São Paulo House of Detention, fieldwork, prison life

Recentemente, ao revirar caixas de documentos em minha sala no IFCS-UFRJ, descobri várias anotações do trabalho de campo realizado nos anos de 1975 e 1976, durante pesquisa sobre os presos da Casa de Detenção de São Paulo. Essas notas, que julgava perdidas, foram essenciais para a redação do meu livro *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso* (1979, 1983).

Nesse registro etnográfico das impressões sobre as visitas ao presídio e das entrevistas realizadas com os detentos, procurei descrever e refletir sobre os desafios enfrentados durante a investigação. Parte dessas observações foi relatada no livro. Agora, neste texto, reapresento alguns desses registros, meio século depois. Embora tenham sido pioneiros à época, reconheço que são datados e devem ser lidos com as devidas ressalvas, em relação ao contexto atual do sistema prisional brasileiro. No entanto, acredito que essa recuperação pode de alguma forma dialogar com o vasto conjunto de pesquisas e escritos sobre o tema elaborados ao longo dessas décadas, ao mesmo tempo em que revela um pouco do cotidiano do principal e maior centro de detenção do país, marcado pelo terrível massacre de presos pela polícia militar, ocorrido em 1992, e pelo fato de não mais existir, tendo sido implodido em 2002.

Desde o início, atribui grande importância ao processo de obtenção do material empírico, reconhecendo sua complexidade diante das características do objeto da minha pesquisa. Tive que lidar com o fato de que minha presença era vista como a de um intruso desconhecido, cuja aparição era inesperada e, muitas vezes, indesejada. Isso significava que a validade e a possibilidade de conseguir dados estavam diretamente ligadas às impressões que os presos tinham sobre os motivos da minha presença naquele local. Estava em jogo uma espécie de julgamento mútuo, onde cada lado tentava avaliar os motivos e os atributos do outro, decidindo o que revelar e o que ocultar.

Me inspirei nas reflexões do antropólogo Gerald D. Berreman (1975, pp. 141–142), quando sugere que o controle sobre o outro em uma relação de pesquisa nunca é absoluto, cabendo ao pesquisador explorar as vantagens oferecidas por essa impossibilidade de controle total. Para ele, tanto o pesquisador quanto os sujeitos da pesquisa procuram projetar impressões que favoreçam a realização de seus objetivos respectivos: o pesquisador busca obter informações sobre o mundo interior dos sujeitos, enquanto estes tentam manter seus segredos para proteger a imagem pública que desejam preservar. Essa dinâmica complexa é fundamental para entender como as interações e as informações são compartilhadas e controladas durante o processo de coleta de dados.

Inicialmente, a proposta de estudar a criminalidade para minha dissertação de mestrado na USP (1979) exigia entrevistar aqueles aos quais eram imputados crimes de maneira geral. No entanto, a abordagem direta aos participantes do “mundo do crime” nas ruas mostrou-se

impraticável devido às óbvias dificuldades de estabelecer esse tipo de contato, além das questões de segurança pessoal envolvidas.

Foi então que a oportunidade de acesso às instalações da Casa de Detenção de São Paulo se apresentou como uma alternativa possível. Optei então por pesquisar a criminalidade a partir de uma “instituição total”, alinhado ao pensamento de Goffman. Durante um período que se estendeu de maio de 1975 a setembro de 1976, em visitas regulares ao presídio, realizei 35 entrevistas gravadas, cada uma com uma média de uma hora de duração. O critério que guiou a seleção dos entrevistados foi o envolvimento em “crimes contra o patrimônio”, conforme estabelecido pelo Código Penal. Essa escolha estava relacionada à minha proposta de correlacionar o crime com a situação econômica de pobreza que afetava grande parte da população brasileira.

Entretanto, as “histórias de vida” reveladas pela leitura das entrevistas com os presos apontaram para outras variáveis e relações sociologicamente mais significativas para a compreensão do chamado “mundo do crime”, ampliando o escopo da investigação. A conexão entre certas características sociais de classe e aquelas socialmente consideradas como identificadoras de “criminosos” ou suspeitos de crime, por exemplo, sugeriam a existência de relações mais profundas na interseção entre o crime e a estrutura social.

Por meio do material empírico coletado, realizei um levantamento detalhado das principais categorias de classificação existentes na prisão. Minha intenção era identificar os aspectos distintivos do “mundo do crime” e suas implicações na relação entre o “criminoso” e as demais instituições sociais. Busquei compreender não apenas como o “criminoso” percebia o “mundo do crime” e suas manifestações na prisão, mas também como sua consciência se desenvolvia em um contexto mais amplo, no qual a origem social desempenhava um papel fundamental em sua identificação como “criminoso”.

Dentro do presídio, pude observar que, assim como a instituição tinha suas próprias regras que eram rigorosamente impostas aos presos, estes também possuíam um conjunto de normas que regiam suas interações e eram aplicadas por eles mesmos, uns sobre os outros.

As “leis da massa do crime”, como eram denominadas nos anos 1970, impunham a ordem na vida carcerária. Nas palavras dos presos, “a massa é um trato entre nós mesmos, quer dizer, a massa se refere ao crime.” Quem chegava na cadeia como preso era imediatamente testado por quem pertencia à *massa*, sobre o seu “conhecimento do crime”. Nesta abordagem havia duas possibilidades: a do indivíduo que era “pacato com respeito ao crime” e que passava por um período de “aprendizado”; e a do indivíduo que já era da *massa* antes de entrar na cadeia. Nesse caso ele já sabia “se expressar”, sabia “manter a moral em pé perante a malandragem”.

Dentro, como fora da cadeia, as *leis da massa* disputavam com as leis oficiais um espaço de atuação. A *massa* implicava em um “proceder” que, na maioria das vezes, se chocava com o comportamento prescrito pelas regras do sistema prisional. No acerto conflituoso da fronteira entre os dois códigos, a “caguetagem” e, em contrapartida, o repúdio que lhe era devotado por parte da *massa* constituía um ponto crítico.

Nesse contexto, o “malandro” emergia como figura central. Ser “malandro” significava possuir certas características associadas àqueles que pertenciam à “massa”, especialmente no que diz respeito à experiência e ao “conhecimento” de suas regras de procedimento¹.

Quando os presos distinguiam entre um “malandro positivo” e um “malandro negativo”, estavam se referindo ao comportamento e às relações entre os membros da “massa” dentro da cadeia. O “malandro positivo” (ou o “bom malandro”) era aquele que seguia as regras do “proceder” na “massa”, e que “adiantava pro lado dos outros presos”. Já o “malandro negativo” era identificado como “cagueta”, que “só faz prejudicar os outros”, e que pelo próprio “proceder” desrespeitava as “leis da massa”.

A relação entre as categorias “trabalho” e “mundo do crime” tinha diferentes significados. Para os presos, o “trabalho” era visto como uma via para retornar à legitimidade social, uma oportunidade teórica de “recuperação”. Isso se manifestava quando se referiam à categoria de “marginal nato”, “criminoso nato” ou “ladrão nato”. Se no início, considerei essa definição como associada à concepção lombrosiana de que características físicas ou biológicas determinavam a predisposição para atividades criminosas, logo percebi que precisava interpretá-la no contexto em que os presos buscavam estabelecer uma ligação entre o “mundo do crime” e o “mundo do trabalho” como forma de reintegração social.

Como esta reintegração era considerada difícil (por razões que os presos mesmos identificavam), e como, todavia, a “recuperação” não poderia ser negada (pois se o fosse a condição de “criminoso” estaria desvendada, revelada), cada preso costumava pensar-se como o oposto ideal (“recuperável”) de um tipo ideal que seria sempre um outro, não identificado, para o qual a “recuperação” não existiria – no caso, o “nato”.

Todos esses elementos remetiam às condições sociais, não físico-biológicas, indicando uma “naturalização” das circunstâncias sociais que afastava a consciência dos presos da percepção de que poderiam agir sobre seu próprio destino individual. A impossibilidade de mudança era atribuída aos “natos”, enquanto os demais podiam ter a esperança de “recuperar-se” porque foram inseridos no “mundo do crime” por circunstâncias externas e transitórias, das quais não eram verdadeiramente parte. Essa diferenciação entre “natos” e “não natos” permitia aos presos atribuir a responsabilidade pelo destino individual aos outros, afastando-os da responsabilidade pessoal.

O acesso à Casa de Detenção

Na perspectiva de fazer uma boa descrição etnográfica, busquei, no meu caderno de campo, registrar as impressões e os diferentes passos tomados desde o momento em que decidi prosseguir com a pesquisa dentro de um presídio de grandes dimensões.

Naturalmente, obter acesso a uma instituição de tal magnitude não era uma tarefa fácil. Mas, como em toda pesquisa, por vezes a sorte ou o acaso desempenham um papel crucial na viabilização do acesso aos dados empíricos e aos entrevistados. E foi exatamente o que aconteceu comigo.

Fiquei sabendo da existência da Casa de Detenção de São Paulo pela primeira vez por meio de uma amiga, cujo pai era médico na instituição. Após sondagem, o Dr. G. se prontificou a me ajudar e, através dele, a proposta de pesquisa foi apresentada à direção do presídio. Essa mediação, combinada com o fato de ter sido conduzida por alguém com mais de 35 anos de serviço e respeitado na hierarquia dos funcionários, facilitou a obtenção de uma permissão informal para realizar o trabalho.

No entanto, o Dr. G. estava prestes a se aposentar, o que poderia complicar a realização das visitas. Felizmente, ele prometeu me encaminhar para “um amigo de longa data”, o Sr. H., chefe do setor de expediente da Casa. Pela posição crucial que ocupava no presídio, sendo responsável pelos prontuários, arquivos e históricos de cada preso, o Sr. H. atendia às minhas necessidades, pois tinha autoridade para requisitar qualquer preso para entrevistas em sua sala.

Impressões da primeira visita

Em abril de 1975, acompanhado do Dr. G., realizei a minha primeira visita à Casa de Detenção. Na véspera, ele me passou algumas recomendações: 1) não vestir calça azul para não ser confundido com os presos (o que me assustou um pouco); e 2) ir bem-vestido para causar uma boa impressão à direção e aos funcionários mais graduados.

Ao chegar pela manhã, me deparei com um edifício monolítico, e dois enormes portões de ferro na entrada principal. Naquele ponto de acesso, além das pessoas, viaturas transitavam regularmente, desde carros da direção até caminhões encarregados da entrega de suprimentos ou coleta de lixo, todos sujeitos a uma rigorosa inspeção. Durante esse procedimento, a identificação do condutor e de qualquer quantia em dinheiro eram registradas em um prontuário. Notei que os dois portões nunca estavam abertos simultaneamente; quando um se abria para permitir a entrada de alguém ou de um veículo, o outro permanecia fechado. Além disso, na área de acesso, havia salas designadas para o atendimento de visitantes e familiares em busca de informações

sobre os presos. À direita da entrada principal, uma porta conectava diretamente as instalações prisionais ao Quartel da Polícia Militar.

Este dia foi “dedicado” a conhecer as autoridades do presídio, ser apresentado a elas, e obter permissão para realizar as entrevistas. Não pude conversar com nenhum preso. Dr. G. demonstrava ter uma boa relação com seus colegas funcionários. Foi ele que me apresentou ao coronel N., diretor da Casa de Detenção, e falou do meu plano de trabalho. O coronel me cumprimentou, ouviu e assentiu. Curiosamente, apesar da burocracia e dos rígidos critérios de segurança comuns em instituições dessa natureza, nunca precisei de uma licença oficial ou de uma autorização formal por escrito para justificar a minha presença no local.

Por volta das 11h30 da manhã, fomos para a copa da diretoria no pavilhão 2 para o almoço. Fui apresentado a outros funcionários que compartilhavam a mesa com o diretor.

O almoço, preparado pelos próprios presos, era de boa qualidade e servido com fartura. Foi durante essa refeição que o Dr. G. me apresentou pessoalmente ao Sr. H., chefe do expediente. Ao longo do ano e meio de pesquisa, esse relacionamento se fortaleceu e me permitiu visitas regulares geralmente de 15 em 15 dias, embora houvesse momentos em que tal intervalo se estendia para um mês e outros em que diminuía para uma semana.

Refletindo sobre as idas ao presídio

A Casa de Detenção de São Paulo, à época, era o maior presídio do país, com uma população carcerária que ultrapassava em mais de duas vezes a sua capacidade de abrigo. Eram 90 mil metros quadrados de área construída, com 5 pavilhões: um voltado para atividades burocráticas e oficinas de trabalho, o pavilhão 6, e os outros quatro – 2,5,8,9 – para o alojamento dos presos².

Para lidar com a grande quantidade de detentos, a Casa dispunha de centenas de funcionários. As funções de comando, como diretor geral, diretor técnico, chefe do expediente, chefes de disciplina, médicos, dentistas e advogados, ocupavam as posições mais altas da hierarquia, tendo um horário especial de trabalho, mais flexível, e um local para refeições separado dos outros funcionários. No entanto, nos diversos setores, incluindo no setor burocrático, por insuficiência de pessoas contratadas, o serviço dependia do trabalho dos presos.

Quando retornei ao presídio pela segunda vez, cheguei à portaria sozinho e pedi para chamarem o Sr. H. Com ele, passei pelos portões de acesso sem problemas. No entanto, antes disso, retiveram minha carteira de identidade em troca de uma senha escrita em um pedaço de cartolina. Descobri posteriormente que essa senha só era fornecida a convidados de funcionários graduados. Esse “privilégio” me poupou da revista pessoal.

Já na sala do setor de expediente, localizado no pavilhão 6, fiz uma breve exposição ao Sr. H. sobre como pretendia conduzir as conversas com os presos e manifestei minha curiosidade em entender melhor o funcionamento daquele setor do presídio. Nessa ocasião, Sr. H. pegou um livro de registro dos detentos e me explicou como se procedia. Nas fichas que examinei, as informações eram anotadas por escrito, com tinta de caneta azul ou vermelha, conforme o item, em uma caligrafia bem desenhada. Registrava-se o artigo do código penal, uma breve descrição do delito cometido, o histórico criminal do preso (se era primário ou reincidente), as faltas cometidas no caso de já ter vindo para a cadeia antes, além de dados pessoais e familiares, profissão, cor, religião, instrução, entre outros.

Nesse dia, conheci também o Sr. JN, substituto imediato do Sr. H. Notei que ele tinha muito receio de desagradar o chefe. Às vezes, quando o Sr. H. não estava na sala e eu precisava chamar um preso para conversar, o Sr. JN resistia e só autorizava depois de se comunicar com o Sr. H. Posteriormente, com as reiteradas autorizações, ele passou a convocar os presos por conta própria.

Minha intenção era entrevistar presos enquadrados nos artigos 155 e 157 (furto e roubo) e 171 (estelionato) do Código Penal. Eu imaginava que, escolhendo aleatoriamente cerca de quarenta nomes, o Sr. H. poderia chamá-los em suas celas. Porém, essa abordagem não funcionou como eu previa. Na verdade, desde as primeiras conversas, o Sr. H. selecionava os presos “que seriam bons para falar comigo”, “que teriam muitas histórias para contar”, buscando um “papo sadio”. Geralmente, eles eram do pavilhão 2, considerados menos perigosos e de bom comportamento. Embora reconheça que tive poucas oportunidades de conversar com detentos dos pavilhões 5, 8 e 9, acredito que consegui, em parte, suprir essa lacuna, pois a maioria dos entrevistados do pavilhão 2 já tinha passado pelos outros pavilhões.

O contato com a cadeia por meio do chefe do expediente trouxe uma série de vantagens. Por exemplo, possibilitou entrevistar um preso e ter acesso ao fichário com sua situação penal. Acredito que uma das razões pelas quais minha presença foi aparentemente pouco notada durante todo o período de pesquisa pode estar relacionada à semelhança com as atividades realizadas no próprio setor de expediente, onde os presos compareciam para fornecer informações sobre si mesmos.

Quase todas as entrevistas foram realizadas em uma sala do setor, com aproximadamente 12 metros quadrados, equipada com duas escrivaninhas e alguns armários de ferro utilizados para guardar material de trabalho e objetos pessoais. Ao lado da mesa do Sr. H., próxima a uma janela que dava para o pátio interno, havia uma mesinha com dois telefones, um externo e outro interno, e uma outra com uma máquina de escrever. Também havia um banheiro exclusivo para os funcionários.

Controle e desconfiança

A sala do setor de expediente era bastante movimentada, com entrada e saída frequente de funcionários e presos. Eles traziam papéis para serem assinados ou utilizavam o telefone para fazer ligações para fora, incluindo contatos com o Fórum de Justiça, famílias de presos prestes a sair, advogados, entre outros.

Durante as entrevistas, eu me posicionava entre as mesas do Sr. H. e do Sr. JN. Nas primeiras conversas, o Sr. H. se colocava ostensivamente quase ao meu lado, de frente para o preso, e demonstrava desagrado quando ouvia algo que não concordava. Em alguns casos, pedia para que eu desligasse o gravador e questionava o preso. Essa postura deliberada de controle naturalmente inibia os entrevistados, mas comecei também a achar que o Sr. H., nessas situações, estava mais preocupado com o conteúdo das minhas perguntas.

O nível de desconfiança dos presos era grande. O primeiro com quem conversei, em vários momentos, hesitava em falar. Em determinado momento, desabafou: “sabe, essa conversa não pode ser boa. Nesse lugar, não dá pra falar. Se fosse em outro lugar...”. Quando perguntei o motivo, ele respondeu: “Não posso te dizer. É porque você está gravando e não me conhece?”

Os presos sempre foram muito cautelosos com as palavras, receosos de serem prejudicados no andamento de seus processos ou mesmo de serem punidos por críticas à administração da Casa. De qualquer forma, qualquer afirmação mais ácida só surgia quando não havia funcionários por perto. Apesar dos meus cuidados, houve momentos em que fui inevitavelmente associado aos funcionários, ou à polícia. Em outros, o interesse pela história de vida dos presos levou alguns a pensar na minha presença como a de um advogado, jornalista, ou alguém que pudesse contribuir para a solução dos problemas enfrentados por eles. Nesse sentido, as condições sob as quais as entrevistas foram realizadas puderam ser consideradas como parte integrante dos dados, dando-lhes uma qualificação significativa. Depois de um certo tempo, quando me tornei mais conhecido entre os presos que trabalhavam no setor de expediente, essa impressão inicial, por vezes, se dissipou.

À medida que o tempo passava, houve um relaxamento do controle. Isso permitiu entrevistar presos que não necessariamente haviam sido selecionados pelo Sr. H. ou por outros funcionários do setor de expediente. Às vezes, até mesmo os próprios presos entrevistados se encarregavam de chamar seus conhecidos para conversar comigo. Esse novo dinamismo fez crescer revelações sobre diversos aspectos da vida na prisão, que até então eram desconhecidos para mim.

Embora tenha buscado manter uma boa relação com a diretoria, representada pelo convívio com o Sr. H., evitei maior aproximação com os outros funcionários da administração. Acredito

que essa postura tenha reduzido em parte a resistência dos entrevistados. Alguns passaram a me falar sobre assuntos internos da prisão a despeito da presença de funcionários. Durante as conversas, eu também fazia comentários críticos sobre os problemas de uma instituição como aquela. No entanto, posso dizer que, mesmo com todas restrições e cuidados, meu relacionamento com os presos sempre foi muito bom.

Lidando com os funcionários

Até o final do primeiro ano de pesquisa, não considerei a travessia dos portões de entrada como um obstáculo. No entanto, quando tornei minhas visitas mais constantes, o Sr. H. parou de me buscar e encarregava algum outro funcionário disponível no setor de expediente para essa tarefa. Os porteiros então passaram a ser mais exigentes comigo. Em várias ocasiões, guardas da Polícia Militar, responsáveis pela segurança do presídio, não apenas me revistaram, mas também dificultaram a entrada do meu gravador. Ao questionar o porquê da revista, argumentando que “passo aqui há um ano e vocês não me conhecem?”, recebia como resposta que “tenho por obrigação de te revistar. Afinal, você pensa que isso aqui é o que? Isso aqui é uma cadeia”. Quando relatei ao Sr. H. sobre a apreensão do gravador, ele enviou um funcionário comigo para recuperar o equipamento. Mesmo assim, o guarda fez questão de abrir a sacola para examinar o conteúdo. Na verdade, essa situação me esclareceu sobre o fato de que a diferença de tratamento dado ao visitante variava conforme o status do funcionário que o acompanhava.

Minha relação com o Sr. JN, segundo nome do expediente, se estreitou quando o Sr. H. entrou de férias. Foi ele quem passou a se incumbir do meu acesso à Casa. Nesse período, uma situação nova, ocorrida na hora do almoço, me ajudou a entender melhor o funcionamento da hierarquia da cadeia. O Sr. JN, embora estivesse ocupando interinamente um cargo de diretoria, dirigiu-se para outro refeitório destinado aos funcionários menos graduados, mas antes informou que me deixaria na copa da diretoria, como de hábito. Não aceitei a distinção e pedi para acompanhá-lo. O refeitório, com várias mesas juntadas umas às outras formando um “U”, estava repleto de guardas homens, fardados ou não, algumas assistentes sociais, mulheres. Ao contrário da copa da diretoria, onde as refeições eram servidas por garçons uniformizados, nesse refeitório, com uma comida de qualidade inferior, fomos servidos por presos. O fato de ter acompanhado o Sr. JN foi ao final muito positivo, e me aproximou dos funcionários menos graduados. Eles ficaram até espantados com a minha presença no refeitório. Ao me integrar nas conversas sobre futebol e trabalho, logo recebi um tratamento mais descontraído, inclusive com informações importantes sobre o funcionamento do presídio.

O relacionamento com o chefe do expediente

Separei uma parte das minhas observações de campo para registrar e refletir sobre a construção do relacionamento com o Sr. H. que afinal, na prática, foi quem me permitiu conhecer a Casa de Detenção e visitar parte das suas instalações ao longo de um ano e meio de trabalho de campo. Visitei-o três vezes em sua casa nesse período. A primeira, nos meses iniciais, teve a intenção de estabelecer um contato mais pessoal e de confiança. Durante a conversa, que contou até mesmo com a participação de sua esposa, discutimos sobre a situação prisional e suas visões sobre o assunto. “Malandro é malandro em qualquer lugar. Não acredito em regeneração. Só para aqueles que têm boa índole”, afirmava o Sr. H. “O problema de criminalidade está na criança. Não acredito em desemprego. A criança é que não tem educação e os pais não gostam de trabalhar”. A esposa complementou: “pois é, a gente trabalhando todo dia para sustentar aqueles malandros lá na cadeia que não fazem nada e ainda recebendo coisas que eu nunca tive na minha casa”.

Tudo isso foi dito com bastante convicção. O Sr. H., apesar de trabalhar por mais de 38 anos em uma instituição criada para a recuperação social dos presos, definitivamente não acreditava nessas metas. Ao final de todas as minhas entrevistas, ele sempre fazia algum comentário negativo sobre os detentos. Se eu demonstrava alguma satisfação com o relato de um preso, o Sr. H. discordava: “Os marginais são sempre perigosos, hipócritas e traiçoeiros e nunca se deve confiar neles”.

A segunda visita ocorreu no Natal de 1975, marcando uma fase mais difícil do trabalho de campo em que o apoio do Sr. H. parecia se enfraquecer. A razão: durante aquele período de entrevistas, por três vezes, em semanas diferentes, o Sr. H. não veio me atender pessoalmente. Em vez disso, ele me ligava e dizia que estava muito ocupado, não poderia me dar atenção e não poderia “me deixar solto na cadeia”. Essa mudança de atitude me deixou desconfiado. Tomei então duas iniciativas: primeiro, voltei ao Dr. G. e pedi sua ajuda. O Dr. G. fez uma visita à Casa de Detenção, mas não detectou nenhuma insatisfação; segundo: fui novamente fazer uma visita de cortesia ao Sr. H. e lá obtive a garantia da continuidade do trabalho.

A terceira ida à casa do sr. H. ocorreu no final da pesquisa, quando anunciei o término das minhas atividades. Nesse dia, perguntei o que ele tinha achado das minhas visitas e das entrevistas. Ele respondeu que tinha gostado, que eu não tinha atrapalhado ninguém, e que o coronel nunca tinha se incomodado comigo. Quanto às entrevistas, ele comentou que achava que os presos tinham contado muitas mentiras.

Conversando com os presos – alguns casos

Em minhas anotações de campo tive um cuidado especial para descrever a interação com os presos. Isso me permitiu identificar características definidoras da vida prisional e compor um panorama abrangente da instituição como um todo. Essa prática me ajudou também a refletir sobre o meu papel como pesquisador nesse relacionamento e suas implicações. Abaixo, destaco uma seleção de casos vivenciados com os meus entrevistados (nomes fictícios):

(1) Em uma das visitas, já na sala do setor de expediente, o Sr. H. me perguntou: “bem, moço, com quem você quer conversar hoje?”. Na ocasião anterior havia iniciado, mas não concluído, uma entrevista bastante interessante com Cláudio, também conhecido como Cláudia, um dos homossexuais autodeclarados mais famosos na Casa. Através do seu relato, pude obter um acesso vivo e detalhado das questões de sexualidade que permeavam o convívio entre homens em situação de reclusão, e compreender as “regras do proceder” para a vida dos casais formados na cadeia. Ao pedir para continuar a conversa, os funcionários do setor riram: “A Cláudia agora só na rua. Está em prisão domiciliar, foi embora daqui”. Diante da minha frustração, riram novamente, seguidos pelo Sr. H., que disse: “Ô Ricardo, você está interessado mesmo, hein. O que foi? Eu sei que você não tem esse tipo de interesse, que você prefere coisa melhor”. Houve mais risos e alguns momentos de silêncio. Eu fiquei mudo.

(2) Francis foi o meu entrevistado do dia. Estava na cadeia enquadrado nos artigos 157 e 155 do Código Penal. Expliquei, como sempre fazia, sobre o motivo da pesquisa e a minha inserção universitária. Comecei com perguntas sobre sua origem familiar. A conversa começou bem, mas em várias ocasiões, Francis olhava para os lados para checar se algum funcionário estava ouvindo. Quando perguntava sobre a sua vida fora da cadeia a conversa fluía bem, mas quando comecei a perguntar sobre como era a vida dentro da cadeia, o papo não rendeu. Apesar disso, foram 3 horas de gravação, e ao final obtive muitas informações novas.

(3) Durante a entrevista com Francis, notei a presença de um preso interessado em nossa conversa. Francis então sugeriu: “Por que você não fala com ele?”. Nesse momento, já tinha desligado e guardado o gravador, e não tinha mais fita magnética disponível. O rapaz retrucou: “Aqui eu não falo porque não vou poder dizer tudo. Só falo quando estiver lá fora. Lá vou contar tudo”. Perguntei por que ele dizia aquilo. Ele era do pavilhão 9, conhecido como o “pavilhão dos primários”, e estava na cadeia desde 1969, enquadrado nos artigos 155 e 157. Sua revolta se devia ao fato de estar na cadeia por três anos a mais do que o necessário para progredir de pena e ir para a colônia agrícola ou a prisão-albergue. Já tinha feito cinco recursos contestando as decisões, mas tinha perdido todos. Sua última tentativa tinha sido

uma carta para o cardeal de São Paulo. Busquei entender mais sobre a situação e soube pelo Sr. JN que, para ter direito à progressão, ele precisava passar por testes de periculosidade, mas sempre falhava.

(4) No final de 1975, pedi ao Sr. JN para conversar com um preso do pavilhão 9. Ele disse que ia demorar um pouco, mas não desisti. Depois de meia hora, apareceu Paulo. Uma série de fatores diferenciavam Paulo dos outros entrevistados: em primeiro lugar, o fato dele não estar alocado para trabalhar no pavilhão 6, e não ter vínculos com os funcionários ou com os presos que exerciam tarefas ali. Isso o deixou mais desinibido, relativizando a vigilância exercida; em segundo lugar, por tratar-se de um preso que era identificado, na linguagem da cadeia, como “um marginal nato”, definição associada ao seu percurso na “vida do crime” iniciado ainda criança, como um menor abandonado.

Paulo falou por mais duas horas e me explicou características específicas do pavilhão 9, das gírias da “malandragem” e das pessoas que ele conheceu por lá. Sobre uma eventual ida minha ao pavilhão, disse que não via problemas com os presos, mas duvidava que a administração permitisse. “Até hoje, nunca vi eles deixarem jornalistas, ou qualquer pessoa, entrar lá e conversar sozinha com os presos. “Além disso, tem celas lá que você nem consegue entrar de tanto que fede”. “Os homens aqui da administração têm muito medo do que pode ser dito sobre a cadeia lá fora”, acrescentou Paulo. Ele também falou da injustiça que estava sofrendo, pois já tinha passado mais de três anos de direito a regime condicional e o juiz das execuções criminais ainda o considerava perigoso. Estava revoltado. Depois da entrevista, o Sr. H. me interpelou: “Você acredita em todo mundo, hein? Você acha que se o juiz diz que ele deve continuar aqui dentro, ele pode ser solto? É a palavra do juiz contra a desse rapaz”. Me alertava para não entrar na “conversa deles”, e que eu tomasse cuidado.

(5) Em meados de 1976, durante uma das minhas visitas, ocorreu um evento inédito. Sem a presença ou autorização do Sr. H. ou do Sr. JN, recebi o apoio de um preso para encontrar alguém para entrevistar. Quem apareceu foi o Fábio, com uma fita magnética na mão. A primeira coisa que disse foi que queria ouvir a fita no meu gravador, mas em um local menos barulhento. Me convidou para subir um andar, onde ele, que era encarregado da manutenção dos telefones da Casa, havia arranjado uma sala acústica à prova de som. Achei que não tinha problema.

Quando saí do setor de expediente, quase ninguém notou. Entramos juntos na sala, eu e Fábio, e com a porta fechada, coloquei a fita para tocar. Parte do áudio reproduzia uma crônica sobre a vida na prisão, comparando-a a de um circo, onde os detentos eram os artistas que se apresentavam para o público, no caso a sociedade.

Comecei a conversa falando do propósito da minha pesquisa e perguntei se ele concordava em falar sobre sua experiência na prisão. Ele consentiu, acrescentando que ali era um ambiente

propício para conversar, pois podia dizer algumas verdades sem ser incomodado. Iniciamos a entrevista e, três minutos depois, ouvimos batidas na porta. Eram dois funcionários do setor de expediente, visivelmente nervosos, à minha procura. Estavam pálidos de susto. Um deles repreendeu Fábio, dizendo que ele sabia que não deveria agir daquela forma com um visitante.

O visitante, com uma autorização e sem ser revistado, era de total responsabilidade de quem permitiu sua entrada, no caso, o Sr. H. Fui obrigado a retornar à sala do setor de expediente. Ao chegar lá, recebi uma bronca do Sr. H.: “Você não tem autorização para entrar nas celas dos presos. Não deveria ter feito isso”. Tentei justificar, mencionando que uma sala à prova de som era mais adequada para gravações. Ele ficou ainda mais irritado. “Você entra sozinho com um detento em uma sala à prova de som? Você está louco? Quem sabe o que poderiam fazer com você lá dentro? E, além disso, ninguém ouviria. Você está louco. Não quero você metido em cela de novo. Faça suas entrevistas aqui mesmo. Tem barulho, mas é seguro”. Ouvi calado e pedi desculpas. Essa grave repreensão foi dada em alto e bom som na frente de presos, funcionários, todo mundo.

Recomecei a conversa, mas Fábio me avisou que a partir daquele momento ele não poderia dizer todas as verdades. Insisti em continuar. O clima ficou mais tenso, mas ele acabou compartilhando informações interessantes sobre sua experiência como assaltante enquadrado na lei de segurança nacional. Antes de ser preso, era operário metalúrgico da Volks. Assim que Fábio saiu, o Sr. H. se virou para mim e disse: “Esse é um dos piores elementos aqui na cadeia. É um sujeito perigoso. Não gosto dele. Já dei uns bons ‘chega pra lá’ nele. Ele fica com muita intimidade e isso eu não tolero”.

(6) No final de 1976, percebi um preso extremamente nervoso conversando com o Sr. H. O assunto era uma situação de delação. O homem tremia e revelou que havia mencionado o nome de outro detento do pavilhão 8 como parte de uma rede de tráfico, mas já não aguentava mais de tanto apanhar por causa disso. Ele ergueu a blusa, expondo as marcas de violência no seu peito. “Até agora não posso respirar direito”, disse ele. “Caguetagem” no pavilhão 8, nome dado à delação pelos presos, rompia com as regras do “mundo do crime” e geralmente resultava em punições severas, incluindo morte, esfaqueamento e outras formas de violência. O Sr. H. me explicou que o preso havia sido pego com maconha e, durante o interrogatório, havia implicado várias pessoas, inclusive a própria mulher”.

Percorrendo os cinco pavilhões – uma chance única

Em uma das minhas últimas visitas à Casa de Detenção, o Sr. H. sentou comigo para conversar. Sua primeira observação foi: “Você já está acostumado com isso aqui, hein?”. “Parece que está perdendo o medo, não está tão assustado como nas primeiras vezes”. Aproveitei aquele momento de descontração para solicitar algo que até então não havia conseguido – entrevistar os presos nas

próprias celas. Mas a resposta voltou a ser negativa: “Olha, Ricardo, isso aí não é aconselhável”. “Eu não sei o que pode acontecer com você dentro de uma cela. Pode ser que não ocorra nada, mas pode acontecer de um cara lá dentro acordar de mau humor, não gostar de você e então, o que fazer? Não é seguro, Ricardo. Continue a realizar suas entrevistas aqui mesmo”. A percepção das diferenças entre os presos nos diferentes pavilhões era crucial para compreender a dinâmica interna do sistema prisional. Perguntei então se não haveria ao menos a possibilidade de dar uma volta em todos os pavilhões. “Sim, isso pode ser possível”, ele respondeu.

A Casa de Detenção recebia novos presos diariamente. Desembarcavam de “camburões” da polícia no pátio do pavilhão 2, recebiam outras roupas (calça azul, que era comum a todos os presos), tinham seus cabelos e barba aparados e registravam sua situação processual no setor de assistência judiciária. Na primeira noite, todos dormiam no chão de uma cela do pavilhão 2 para, no dia seguinte, serem distribuídos pelos pavilhões.

No dia em que realizei a visita completa aos pavilhões estive sempre acompanhado pelo Sr. H. No pavilhão 2, a maioria dos presos trabalhava na prisão e desfrutava de um regime de livre circulação nos pátios e em outras áreas do pavilhão. As ocupações disponíveis incluíam tarefas burocráticas, serviços de limpeza e atividades na cozinha, entre outros. Por outro lado, nos pavilhões 5, 8 e 9, aos presos eram permitidas apenas quatro horas diárias de recreação ao ar livre, “para tomar sol” pelos pátios e áreas adjacentes aos prédios. Isso significava que passavam o restante do dia dentro de suas celas. Além disso, não havia atividades de trabalho para todos os detentos.

Iniciamos o circuito a partir do local próximo à copa da diretoria, na entrada do pavilhão 2. Durante o trajeto, fizemos uma primeira parada logo atrás da cozinha do pavilhão, onde aproximadamente trinta homens descascavam legumes e frutas. O responsável pelo serviço nos assegurou que todos eram “presos de confiança”, uma vez que trabalhavam com facas afiadas. Ele explicou que as laranjas estavam sendo preparadas para a produção de suco, substituindo a laranja inteira, “porque os presos costumavam jogar o bagaço no vaso sanitário, causando entupimentos nos esgotos”.

O pavilhão 5

O pavilhão 5, conforme definido pelos presos, era “a cadeia dentro da cadeia”, pois ficava completamente cercado por muros permanentemente vigiados por guardas. Qualquer entrada ou saída ocorria apenas para dentro do próprio presídio. O imenso portão, pintado de verde, e os procedimentos de controle para entrada de visitantes assemelhavam-se aos exigidos na portaria da Casa de Detenção para quem vinha da rua. Dentro do pavilhão, o Sr. H. me levou para

ver as celas chamadas de “isoladas”. Foi quando encontrei um corredor amplo, escuro e meio frio, com várias portas de ferro, cada uma delas com uma pequena janela para a entrega das refeições. Embora alguns presos conversassem de uma janela para outra, o ambiente em sua maioria era silencioso. Aproveitei que uma cela parecia vazia para observar o interior. Não entrava sol nem luz elétrica ali, e para deitar-se, havia apenas uma manta.

Encontramos então o chefe de disciplina do pavilhão e atravessamos o pátio interno (todos os pavilhões possuíam um pátio interno). Segundo ele nos informou, dos 950 presos do pavilhão, 300 estavam envolvidos em alguma atividade ocupacional. Em uma das salas, interrompemos uma aula que estava sendo ministrada por um professor que também era detento. Era uma aula de português para o ensino primário, com aproximadamente 30 alunos. Havia três pequenas estantes com livros didáticos. O que mais me chamou a atenção nas cinco oficinas de trabalho visitadas foram as tarefas de acabamento em confecções, que chegavam semiprontas da rua, alguns trabalhos em madeira (principalmente brinquedos) e uma oficina de gravação em cobre. Os produtos artesanais eram vendidos aos visitantes aos domingos ou fornecidos para empresas comerciais, que se aproveitavam dos baixos custos de mão de obra dos presos.

Ao lado das oficinas, à direita da porta principal do pavilhão 5, havia uma sala separada para serviços religiosos. À esquerda funcionava o serviço médico da Casa de Detenção, com consultórios médico e odontológico, ambulatórios e sala de cirurgia. Sempre que entrávamos em alguma sala ou oficina com presos, estes interrompiam suas atividades e se colocavam em posição de sentido, como em quartéis do exército. Neste pavilhão, os terceiro e quarto andares eram destinados aos presos considerados mais perigosos, “que tinham que ficar na tranca”. Por fim, no quinto andar, encontravam-se as “celas fortes”, reservadas para aqueles que haviam cometido infrações graves dentro da cadeia, bem como para os presos diagnosticados com problemas mentais e que estavam à disposição do manicômio judiciário.

O setor médico também foi tema de uma longa explicação por parte do chefe de disciplina. Embora tudo estivesse realmente muito limpo, não havia ninguém sendo atendido naquele momento, corroborando as declarações dos presos entrevistados, os quais afirmavam que o atendimento médico ocorria no hospital municipal nos casos de ferimentos graves. O meu interesse em ter acesso às celas onde estavam os presos classificados como mais perigosos ou os “doentes mentais” foi descartado.

O pavilhão 2

Do 5, nos dirigimos para o pavilhão 2. Em parte, eu já estava acostumado a passar no pátio desse pavilhão, porque havia estado no refeitório dos guardas do presídio. O movimento de

pessoas era intenso, pois quase todos os presos deste pavilhão estavam envolvidos em alguma atividade ocupacional e não ficavam trancados nas celas. No térreo, também funcionava a sala dos advogados e a copa da diretoria, onde realizei a maioria das minhas refeições.

Ao chegarmos ao segundo andar do pavilhão 2, encontramos o chefe da disciplina em seu descanso pós-almoço, indisponível. O Sr. H. então se encarregou de mostrar aquele segundo andar, inclusive com uma certa familiaridade, uma vez que ali havia sido o local do setor de expediente antes da construção do pavilhão 6, destinado exclusivamente às atividades burocráticas e artesanais. Mais adiante, nos deparamos com um corredor com pequenas portas de madeira maciça, trancadas por uma barra de ferro. As portas eram estreitas e mal permitiam a passagem de uma pessoa. Mesmo com as portas fechadas, era regra do presídio manter as trancas abertas. Diante da minha curiosidade em conhecer o interior de uma cela, ele parou em uma das portas, abriu e foi entrando. Mais uma vez, a reação dos presos, diante do que para mim parecia uma intromissão, foi de respeito e imediatamente ficaram de pé. As celas do pavilhão 2 eram pequenas, porém consideradas as melhores de todo o presídio. Na verdade, podia-se descrever uma delas como um corredor de pouco mais de 1,5m de largura por 3,5m de comprimento, onde se encaixavam quatro beliches.

Dentro da cela havia uma pequena porta que separava as camas do vaso sanitário e do chuveiro. Os presos fizeram questão de mostrar um armário, resultado de um trabalho coletivo, que posicionado entre dois beliches permitia economizar um pouco de espaço. A luz permanecia acesa obrigatoriamente 24 horas, e um dos presos, que acordava cedo e dormia na cama de cima do beliche, havia improvisado um quebra-luz de papel que o protegia durante o sono. Aqueles que ficavam embaixo tinham a opção de colocar uma cortina para poder dormir no escuro. Como em todas as celas que visitei no presídio, a decoração predominante consistia em pôsteres de mulheres.

No mesmo andar, do lado esquerdo de quem subia a escada, a primeira cela se destacava das outras. Era um cômodo razoavelmente grande, com espaço entre as camas e uma mesa para refeições ou leitura. As camas tinham lençóis novos e até cortina na janela. Segundo o Sr. H., essa cela era destinada a um tipo específico de preso: aquele que trabalhava bastante, cumpria bem suas tarefas e, em geral, auxiliava os funcionários mais “graduados”.

Os pavilhões do “fundão”

Do pavilhão 2, na parte final do percurso, nos dirigimos para o “fundão”, termo criado pelos presos para se referir aos pavilhões 8 e 9. O portão de entrada dava acesso a uma área aberta onde ficava a caixa d’água, a lixeira e o principal campo de futebol da cadeia. Ao passarmos, cerca de dez presos estavam cuidando do campo (demarcando e colocando redes) para receber um jogo de futebol pelo

campeonato da Casa. Este mesmo campo era utilizado pelos detentos dos pavilhões 8 e 9 para “tomar sol” durante duas horas de manhã e à tarde, além de ser utilizado para eventos comemorativos.

No pavilhão 8, estavam alojados os detentos designados pelo sistema judiciário como reincidentes. Na linguagem dos presos era o pavilhão dos “residentes”. No momento em que passamos, vários presos estavam sentados no chão, alguns sem camisa, outros apenas de cueca ou calção. Enquanto íamos em direção às oficinas de trabalho, passamos por duas capelas, uma católica e outra protestante. As missas e cultos ocorriam sempre aos domingos, e as capelas tinham capacidade para cerca de cem pessoas sentadas. No espaço reservado às oficinas, havia uma variedade de atividades, incluindo a fabricação de calçados, o aproveitamento de sobras de carpete, a produção de bolas de futebol e a confecção de sacolas de papelão para lojas comerciais. Na oficina de carpintaria, os presos produziam abajures, cinzeiros, entre outros em madeira, todos com acabamento de qualidade. Apesar da minha insistência, também não pude entrar nas celas do pavilhão 8, com o argumento de que ali era o local com a maior concentração de presos considerados perigosos.

No pavilhão 9, chegamos na hora em que os presos desciam para “tomar sol”. Havia um alvoroço de homens descendo as escadas e se enfileirando para sair para o pátio. Por receio de brigas e ameaças de morte, nunca se permitia que os presos de dois pavilhões se encontrassem no pátio ao mesmo tempo. À medida que os presos iam chegando, eram revistados por guardas do presídio (não fardados) e esperavam na parte externa do pavilhão até sua vez de sair. No 9, que estava lotado, viviam cerca de 2 mil detentos.

Em seguida, o Sr. H. me levou para conhecer o arquivo morto do presídio, localizado no fundo do pavilhão 9. Lá se guardavam todos os prontuários das pessoas que eram postas em liberdade. Se o indivíduo retornasse à prisão, era possível recuperar o seu histórico prisional. Neste arquivo, havia mais de 85 mil prontuários, além de todos os ofícios expedidos pela Casa e do livro de ponto de todos os funcionários desde o início das atividades da cadeia. O Sr. H. fez questão de pegar um livro de ofícios de 1950 para mostrar os documentos que ele próprio havia produzido naquela época. Encontrei também um preso trabalhando diretamente na elaboração das estatísticas da cadeia, classificando os detentos por idade, delitos cometidos, entre outros critérios.

Com a minha insistência em ao menos ver uma cela do pavilhão 9, o Sr. H. solicitou por precaução, imaginei, a presença de um carcereiro para nos acompanhar. As escadas para os andares superiores estavam próximas à entrada do pavilhão, mas havia um grande congestionamento de pessoas. Usamos então um precário elevador para chegar no quinto andar. Sempre guiados pelo carcereiro, nos deparamos com o corredor das celas, iluminado artificialmente, e um chão de ladrilhos gastos, suponho, devido aos tantos pés que por ali passavam a todo momento.

À esquerda estavam as celas externas, ou seja, aquelas cujas janelas ou basculantes estavam voltadas para fora do pavilhão 9. As celas do lado direito tinham a letra “I” de interno, após os números. O carcereiro abriu uma delas para mim. Lá dentro, em um espaço projetado para abrigar um preso, havia três. Era um cubículo com um beliche triplo e uma espécie de vaso sanitário, na verdade um buraco que os presos usavam para fazer as suas necessidades fisiológicas, mas também para se lavarem e lavarem suas roupas. O espaço para locomoção era diminuto. Fiquei receoso de que minha curiosidade irritasse os presos, e não queria, de modo algum, desrespeitá-los. No entanto, embora o Sr. H. tivesse me dito que nem todos os presos encaravam com naturalidade essa intromissão, em nenhum momento demonstraram desgosto.

No final do corredor das celas havia uma porta que dava acesso ao setor conhecido como o das “celas fortes”, como denominavam os presos. O carcereiro explicou que aqueles enviados para as “celas fortes” tinham cometido alguma infração dentro do pavilhão. Era um corredor quase totalmente escuro, onde havia uma série de dez portas de ferro, cada uma com pequenas janelas gradeadas. Tive a sensação de que estava passando diante de jaulas. De algumas dessas janelas surgiram três ou quatro rostos pálidos, com expressões de sofrimento. As luzes se apagavam quando a porta de entrada se fechava. Não se ouvia uma palavra sequer, nem murmúrios. O lugar cheirava mal. Embora já estivesse ciente das condições precárias das cadeias no Brasil, essas cenas me impressionaram ao testemunhar pessoalmente o exercício do castigo e da repressão, bem como o sofrimento humano resultante dessas condições.

O pavilhão 6

Sáimos de lá, descemos pelo elevador e agradecemos o carcereiro antes de retornarmos ao pavilhão 6, o “pavilhão do trabalho”. Uma passagem do pavilhão 8 nos conduziu ao 6, onde nos deparamos com um espaço contendo gigantescas painéis de pressão utilizadas para preparar todas as refeições. O encarregado desse setor (um preso), nos informou que eram consumidos cerca de dois mil quilos de carne por dia, cinquenta quilos de feijão e uma grande quantidade de arroz. A Casa de Detenção era responsável por preparar 20 mil refeições diárias tanto para consumo interno quanto para as delegacias e outros presídios da cidade de São Paulo. O encarregado nos mostrou tudo aquilo e completou dizendo que os presos não mereciam tais privilégios e que ele só tinha a agradecer à direção da Casa pelo cuidado com os presos.

Durante a maior parte das minhas visitas, eu passei meu tempo na sala de expediente desse pavilhão, mas nunca tive a oportunidade de conhecer as oficinas de trabalho que funcionavam ali. Nesse dia, tive finalmente acesso. Vi salas de carpintaria e marcenaria, porém a que mais me

chamou a atenção foi a onde os presos trabalhavam com acrílicos. Eles fabricavam chaveiros, montavam piranhas embalsamadas em placas de acrílico, como se fosse um aquário, entre outras atividades. Já tinham recebido 10 mil encomendas da Alemanha e do Japão. O preso encarregado daquele setor relatou que estava com dificuldades para dar conta do serviço. Posteriormente o Sr. H. me mostrou o prontuário dele. Era um calhamaço de informações, revelando que o preso estava envolvido em mais de 40 inquéritos e tinha sido condenado até o ano de 2039.

Conclusão

Recuperar os passos de uma pesquisa no seu fazer-se foi minha intenção ao revisitar estas notas escritas há quase cinquenta anos. Contudo, isso também abre uma oportunidade para reavivar em nossa memória a existência dessa instituição prisional, que se tornou o símbolo mais bárbaro da forma como a sociedade brasileira lidava com aqueles que procuravam se reintegrar à vida social. A Casa de Detenção é emblemática para se compreender o descaso com que as populações carcerárias no Brasil são tratadas, e sua passagem nunca será esquecida, especialmente pelo massacre de 111 presos pela Polícia Militar, em 1992. Sua implosão física em 2002 não foi suficiente para apagar a memória daquele ato inominável. Ao longo desses anos, houve uma produção intelectual e acadêmica significativa sobre a questão do crime³, denunciando e cobrando das autoridades providências necessárias. No entanto, as condições de superpopulação e os tratamentos degradantes aos detentos no Brasil continuam a ser uma mácula em nossa história.

Notas

¹ Ruth Cardoso, no prefácio do livro *Mundo do Crime: a Ordem pelo Averso*, reforçou essa perspectiva ao reconhecer na prisão “o lugar em que o presidiário necessariamente tem que estruturar um conjunto de noções que o definam com relação aos companheiros, aos familiares ou visitantes, aos agentes do poder judiciário presentes na cadeia e, principalmente, à própria concepção vigente de crime e punição” (1979, p.1).

² Segundo um Relatório de Atividades da Casa de Detenção de São Paulo de 1974, de um total de 4.395 presos, as acusações mais frequentes eram as de roubo, com 1.240 casos (28%), de furto, com 1.085 casos (26%) e comércio de entorpecentes com 626 (14%), perfazendo 68% do total de delitos classificados pelo relatório. Quanto à cor, os presos se dividiam em 2.627 brancos, 1.141 pardos, 605 pretos e 22 amarelos. Com relação à idade, 3117 presos tinham entre 18 e 30 anos, ou seja 70%, e os 30% restantes se colocavam acima de 31 anos. No que diz respeito à instrução, do total de 4.395, 472 foram classificados como analfabetos, 3.282 com instrução primária, 606 secundária e 35 superior.

³ Ver, entre outros, Adorno (1987, 1993), Misse (2006), Zaluar (1999).

Referências

- ADORNO, Sérgio. “A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático”. **BIB – Revista Brasileira De Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 35, pp. 3–24, 1993.
- ADORNO, Sérgio; FISCHER, Rosa M. **Análise do sistema penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade social**. São Paulo: CEDEC, 1987.
- BERREMAN, Gerard D. “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”. *In*: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
- Casa de Detenção de São Paulo**. Relatório Anual – Exercício de 1974 – Período de dezembro/1973 – novembro/1974.
- CARDOSO, Ruth. Prefácio. *In*: RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 2ª edição em 1983.
- ZALUAR, Alba. Violência e Crime. *In*: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

José Ricardo Ramalho (jramalho@ifcs.ufrj.br)
Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-4855-6687>

Recebido em: 30/05/2024

Aprovado em: 02/07/2024

Editor responsável: Michel Misse